

ALGUMAS QUESTÕES ADICIONAIS RELATIVAS À DIALÉTICA ARISTOTÉLICA

Marcio Chaves-Tannús¹

RESUMO

O presente trabalho é a continuação de um artigo anterior intitulado “Algumas questões relativas à dialética aristotélica”, publicado no nº. 32 do vol. 17 de jul./dez. de 2002 da revista **Educação e Filosofia**. Seu objetivo primeiro é selecionar e comentar questões pontuais, de interesse lógico, retiradas dos capítulos 2, 3 e 4, do livro I, dos **Tópicos**. A edição utilizada foi a da **Les Belles Lettres** de *Jacques Brunschwig*. O procedimento adotado foi o de partir sempre do trecho de *Aristóteles*, onde o problema abordado se localiza, para, a seguir, identificá-lo e comentá-lo. O enfoque foi ditado por preocupações e interesses predominantemente lógicos. A formulação das questões tratadas, assim como as propostas de solução, para elas elaboradas, são, em parte, originais. A meta última visada foi convencer, pelo exemplo, que a Lógica é imprescindível para uma compreensão mais exata e mais diferenciada dos capítulos 2, 3 e 4 do primeiro livro dos **Tópicos**.

Palavras-chave: Lógica, Dialética, Aristóteles.

RÉSUMÉ

Ce travail est la suite de l'article intitulé “Algumas questões relativas à dialética aristotélica” publié dans la revue **Educação e Filosofia** nº. 32, vol. 17, juil./déc. 2002. Son objectif premier est de sélectionner et commenter des questions ponctuelles, d'intérêt logique, retirées des

¹ Professor Adjunto do Departamento de Filosofia – FAFCS/UFU.

chapters 2, 3 et 4, du livre I, des **Topiques**. L'édition utilisée a été celle de **Les Belles Lettres** de Jacques Brunschwig. Le procédé adopté a été celui de partir toujours de l'extrait d'*Aristote*, où l'on peut trouver le problème, pour ensuite l'identifier et le commenter. On a envisagé surtout des intérêts logiques. La formulation des questions traitées, ainsi que, les propositions de solution, sont partiellement originelles. On a aussi cherché à prouver, en s'appuyant sur l'exemple, que la Logique est essentielle pour une compréhension plus exacte et plus différenciée des chapters 2, 3 et 4 du premier livre des **Topiques**.

Mots-clé: Logique, Dialectique, Aristote.

1- Introdução

No nº. 32 do vol. 17 de jul./dez. de 2002 da revista **Educação e Filosofia** foi publicado um artigo meu intitulado "Algumas questões relativas à dialética aristotélica". Nele, foi abordado o capítulo 1 do livro I dos **Tópicos** de *Aristóteles*. Este, que aqui principia, dará continuidade ao trabalho então começado, analisando os capítulos 2, 3 e 4 do mesmo livro, da mesma obra. O trecho é curto. Ele ocupa, na edição que me servirá de base, um total de somente duas páginas e meia. Juntos com o capítulo tratado no artigo precedente, os três a serem comentados neste correspondem apenas às cinco primeiras páginas da referida edição. Sua importância, contudo, para o entendimento do restante do texto, dificilmente poderia ser superestimada.

Os objetivos permaneceram os mesmos, ou seja, selecionar e comentar questões pontuais de interesse lógico e mostrar a importância da Lógica para uma compreensão mais exata e diferenciada dos quatro capítulos iniciais dos **Tópicos**. Mal-entendidos, entretanto, convenceram-me da conveniência de explicitar que, assim como no artigo anterior, o que neste pretendo é, tão-só, a partir de uma análise técnica da letra do texto, preparar material propício ao tratamento de temas específicos e abrangentes, tais como a intrincada questão das relações entre a dialética e a ciência na obra de *Aristóteles*. Nas

páginas que seguem, como nas que as antecederam, os aludidos temas não foram e, conseqüentemente, não deverão ser objeto de minha atenção. Eles foram e serão, com certeza, aqui e ali mencionados, com a finalidade única de ressaltar a relevância de certas passagens relativamente a eles.

A edição utilizada como referência continuará sendo a da *Les Belles Lettres* aos cuidados de *Jacques Brunschwig*. Também, permanece a recomendação de consulta à edição italiana de *Attilio Zadro*. Os dados bibliográficos completos sobre elas poderão ser encontrados na lista de obras citadas, no final deste trabalho. Os títulos que compõem essa lista, bem como aqueles repertoriados no artigo anterior, disponibilizam uma extensa bibliografia que poderá ser usada como ponto de partida para investigações, tanto sobre os temas já mencionados em meus comentários antecedentes, como os que ainda o serão na seqüência. Dada a natureza deste e do primeiro artigo, a função atribuída às suas respectivas listas de obras é exclusivamente a de permitir e facilitar consultas, como aquelas que a terceira frase deste parágrafo sugere. Elas desempenham, portanto, um papel precisamente delimitado no interior de cada um dos dois artigos.

Neste trabalho, assim como no que o precedeu, a análise a que foi e deverá ser submetido o texto aristotélico é uma análise lógica de um texto de lógica. Admitir como imprescindíveis a atividade preliminar de edição e tradução dos manuscritos e o esforço crítico subsequente de interpretação histórico-filosófica do texto não autoriza, nem justifica, o desprezo, ou a renúncia, ao preciso entendimento de seu conteúdo técnico específico. São tarefas distintas, não necessariamente incompatíveis, e seguramente interdependentes.

Assim, o fato de dispormos hoje de bons estudos críticos, de orientação histórico - filosófica, bem como de várias edições comentadas e de traduções dos *Tópicos* consideradas confiáveis, em diferentes línguas modernas, reduz os riscos inerentes ao tipo de análise aqui proposto, tornando-os acessíveis ao cálculo e ao controle.

O procedimento adotado, também, foi mantido. O ponto de partida será sempre o texto de *Aristóteles*, onde se encontram os problemas a serem tratados. Por razões de ordem prática, será fornecida somente a versão francesa do trecho aristotélico, acompanhado da

tradução para o português. O original grego poderá ser consultado na edição utilizada. A seqüência das passagens citadas obedeceu antes, e continuará obedecendo, à progressão linear do original.

Àqueles que o julgarem proveitoso, recomendo a consulta ao item dois, do artigo anterior, intitulado “Breve apresentação dos **Tópicos**”. Por ser o atual trabalho uma seqüência do outro, a repetição do item completo seria seguramente enfadonha e provavelmente inútil. O quinto parágrafo dele, porém, que tem como tema o objeto dos **Tópicos**, constitui uma exceção. As informações nele contidas são pré-requisitos necessários ao entendimento dos comentários ulteriores. Por isso, reproduzo-o a seguir.

O objeto dos **Tópicos** é o que *Aristóteles* chama de “silogismo dialético”, um tipo de argumento que é diverso tanto do “silogismo indutivo”, quanto do “silogismo científico”. Sua particularidade é a de possibilitar a dedução a partir de premissas que expressam opiniões bem aceitas. Por esse motivo, suas conclusões são ditas “endoxais”, ou seja, relativas à opinião (doxa). Elas não são, portanto, nem prováveis, no mesmo sentido das indutivas (generalizações obtidas a partir de um número de ocorrências menor que o total considerado), nem “apodíticas” (necessárias) como as da “ciência”.

2- Trechos e comentários

2. 1- Nota preliminar

No artigo precedente, os trechos comentados limitavam-se ao primeiro capítulo do primeiro livro dos **Tópicos**. Por isso, sua identificação era praticamente automática e dispensava buscas. Neste, acrescentarei o início e o fim do original grego (da edição *Bekker*), para o conjunto das passagens a serem comentadas, a saber: 101a, 25 - 101b, 36. Além disso, a mesma numeração, obedecendo ao mesmo princípio, aparecerá, entre parênteses, logo após o título de cada um dos três capítulos seguintes. No mais, mantereirei o que havia sido exposto na “nota preliminar” do primeiro artigo, que será parcialmente reproduzida no parágrafo subsequente.

Por motivos de ordem prática, a paginação adotada será a da versão francesa. O significado das abreviaturas e do sinal usados é o que segue: “p.” significa página, “l.” linha, a duplicação de uma dessas abreviaturas indica o plural e um hífen entre dois números significa “de... até...”. Assim, a uma passagem que fosse da linha quatro à linha seis da página dez, corresponderia a seguinte notação: “p.10, ll.4-6”. Os títulos e subtítulos do texto francês serão traduzidos para o português e mantidos em seus lugares de origem.

2. Livro I: Generalidades sobre o método dialético

2. 2. 1- Capítulo 2: Utilidade do tratado (101a, 25 - 101b, 4)

p. 3, ll. 20-24:

“Après ce que nous avons dit, il conviendrait d’indiquer le nombre et la nature des services que l’on peut attendre du présent traité. Ils sont au nombre de trois: l’entraînement intellectuel, les contacts avec autrui, les connaissances de caractère philosophique.”

“Após o que dissemos, seria conveniente indicar o número e a natureza dos serviços que se pode esperar do presente tratado. Eles são em número de três: o treino intelectual, os contatos com outrem, os conhecimentos de natureza filosófica.”

Comentário:

A palavra “outrem” (polloi) deve ser entendida aqui como designando o outro, no sentido de leigo, não especialista, não filósofo (cf.: Tóp.VIII, 2, 157a, 18-20).

p. 3, ll. 24-28:

“Qu’il puisse servir à l’entraînement intellectuel, c’est ce qui ressort clairement de sa nature; de fait, une fois en possession de la

méthode, nous pourrons plus facilement argumenter sur le sujet qui se presente.”

“Que ele possa servir ao treino intelectual é o que resulta claramente de sua natureza. Como de fato, uma vez de posse do método, nós poderemos mais facilmente argumentar sobre o tema que se apresente.”

Comentário:

Esta frase fornece a razão de podermos esperar do tratado dos **Tópicos** o primeiro dos três serviços enumerados por *Aristóteles* na frase anterior.

Não é, com certeza, por acaso que o autor o nomeia antes dos outros, pois ele conduz à “posse do método” que nos habilita a “argumentar mais facilmente”. Resultados que, como veremos na seqüência, possibilitam um contato mais proveitoso com o leigo e um exercício mais eficaz da filosofia.

p. 3, ll. 28-35:

“Qu’il soit utile pour les contacts avec autrui, cela s’explique du fait que, lorsque nous aurons dressé l’inventaire des opinions qui sont celles de la moyenne des gens, nous nous adressons à eux, non point à partir de présuppositions qui leur seraient étrangères, mais à partir de celles qui leur sont propres, quand nous voudrions les persuader de renoncer à des affirmations qui nous paraîtront manifestement inacceptables.”

“Que ele seja útil aos contatos com outrem, isso se explica pelo fato que, assim que tivermos estabelecido o inventário de opiniões que são aquelas da média das pessoas, quando quisermos persuadi-las a renunciar a afirmações que nos parecerem manifestamente inaceitáveis, nós nos dirigiremos a elas, não a partir de pressuposições que lhes seriam estranhas, mas a partir daquelas que lhes são próprias.”

Comentário:

Nesta passagem, *Aristóteles* enuncia a razão de podermos esperar o segundo dos serviços enumerados e refere-se a dois componentes do método dialético. O primeiro diz respeito ao inventário das opiniões bem aceitas e geralmente compartilhadas pelos oponentes leigos dos filósofos. O segundo concerne à regra que veta aos debatedores o uso de premissas não aceitas como verdadeiras pelo oponente.

Ambos têm por finalidade habilitar o filósofo a refutar opiniões de seus adversários leigos, que lhe pareçam inaceitáveis, mostrando que elas contradizem outras opiniões igualmente aceitas pelos mesmos adversários.

p. 3, ll. 35-37 e p. 4, ll. 1-3:

“Que notre traité soit utile enfin aux connaissances de caractère philosophique, cela s’explique du fait que, lorsque nous serons capables de développer une aporie en argumentant dans l’un et l’autre sens, nous serons mieux à même de discerner, en chaque matière, le vrai et le faux.”

“Que o nosso tratado seja útil, enfim, aos conhecimentos de natureza filosófica, isso se explica pelo fato que, assim que formos capazes de desenvolver uma aporia, argumentando em um e outro sentido, nós estaremos em melhores condições de discernir, em qualquer matéria, o verdadeiro e o falso.”

Comentário:

Nas disputas dialéticas, argumentar “em um e outro sentido” corresponde a, ou defender a tese inicialmente assumida, que é a função do respondedor, ou atacá-la, que é o papel do perguntador (cf.: *Primavesi*, p. 53).

Para o dialético, ser capaz de “desenvolver uma aporia” é ser capaz de examinar uma tese tanto do ponto de vista de quem deverá defendê-la, como do ponto de vista contrário, daquele que deverá

atacá-la (cf.: *Primavesi*, p. 53).

Para o perguntador, colocar seu adversário em situação aporética significa constrangê-lo a admitir a falsidade da tese por ele assumida e que serviu como ponto de partida para o debate. Para o respondedor, o mesmo objetivo seria alcançado, caso ele conseguisse defender-se com sucesso (cf.: *Aubenque*, pp. 4-5).

Como o exercício eficaz da dialética pressupõe o domínio de ambos os papéis, é ele que habilita o filósofo a discernir o verdadeiro e o falso (cf.: *Primavesi*, p. 53).

p. 4, II. 3-5:

“Mais on peut encore en attendre un service de plus, qui intéresse les notions premières de chaque science.”

“Mas pode-se, ainda, esperar dele um serviço a mais que diz respeito às noções primeiras de cada ciência.”

Comentário:

Trata-se, ao que tudo indica, de um acréscimo, provavelmente tardio, aos três serviços anteriormente mencionados.

Com efeito, além de ter sido claramente formulado como a inserção posterior de um item suplementar em uma lista já concluída, o trecho expressa, em conjunto com os dois subseqüentes, a crença na possibilidade de um serviço adicional da dialética, relativamente à questão epistemológica que surge no momento em que é postulada a existência das “noções primeiras de cada ciência”. Uma questão que, como notou *Brunschwig* (pp. 116-117, nota 1 à p. 4 da tradução), para ser colocada e discutida, pressupõe o desenvolvimento prévio da teoria aristotélica da ciência, nos **Analíticos Posteriores**. O que só aconteceu, segundo se presume, bem depois da primeira redação dos **Tópicos**.

p. 4, ll. 5-11:

“Il est impossible, en effet, d’en dire quoi que ce soit en s’appuyant sur les principes spécifiques de la science considérée, puisque précisément les principes sont ce qui est premier au regard de tout le reste; il est donc nécessaire, si l’on veut en traiter, d’avoir recours à ce qu’il existe d’idées admises à propos de chacune de ces notions.”

- “É impossível, com efeito, dizer seja o que for sobre elas, apoiando-se nos princípios específicos da ciência considerada, visto que precisamente os princípios são o que é primeiro em relação a todo o resto. É pois necessário, se se quer tratá-las, recorrer ao que existe de idéias admitidas a propósito de cada uma dessas noções.”

Comentário:

A atual passagem compõe, com a anterior e a próxima, uma unidade temática. Por isso, pode-se considerá-las, pelos motivos já expostos no comentário antecedente, como uma adição ao texto original dos **Tópicos**.

Isso posto, observemos que os “princípios” são para *Aristóteles* as premissas iniciais, as “noções primeiras”, na série das demonstrações de uma teoria; são as verdades evidentes e definitivas, inquestionáveis e indemonstráveis (os axiomas) de toda ciência particular (cf.: **An. Post.** I, 2 e I, 10). Com eles, bem como com as demais verdades obtidas (deduzidas) a partir deles (os teoremas), constrói-se o conjunto dos conhecimentos articulados que denominamos uma ciência. Sendo assim, toda tentativa de conhecimento e eventual fundamentação desses “princípios” que se apóie neles mesmos, ou em outras verdades obtidas a partir deles, é necessariamente circular e, do ponto de vista lógico, viciosa.

Se quisermos pois, transformar tais “princípios” em objeto de nossas considerações, seria preciso recorrer às “idéias admitidas” existentes sobre cada um deles. Recorrer a enunciados cuja verdade admitida é imediatamente perceptível, para, através deles, ter acesso à percepção da verdade intrínseca dos “princípios”. Trilhar, portanto,

um caminho que nos conduz das verdades que são primeiras para os sentidos, àquelas que o são por natureza (cf.: *Primavesi*, p. 55).

O papel da dialética seria, então, o de tornar perceptível a evidência intrínseca da verdade dos “princípios”. Uma verdade que não pode ser fundamentada e não precisa de fundamentação, mas cuja existência é percebida e a evidência é captada de forma mediata (cf.: comentário à p. 1, ll. 23-28 e p. 2, ll. 1-6, do artigo precedente).

Assim concebida, a função da dialética, relativamente aos “princípios”, é anterior à atividade de construção do conhecimento. Uma função que, com certeza, permanece estranha a toda intenção de fundamentar o que por natureza e definição é o fundamento de toda ciência.

p. 4, ll. 11-14:

“Cette tache appartient en propre à la seule dialectique, ou du moins à elle principalement; de fait, sa vocation examinatrice lui ouvre l'accès des principes de toutes les disciplines.”

“Essa tarefa pertence propriamente à dialética apenas, ou, pelo menos, a ela principalmente. Sua vocação examinadora, de fato, possibilita-lhe o acesso aos princípios de todas as disciplinas.”

Comentário:

Três aspectos merecem destaque nestas linhas finais do segundo capítulo. O primeiro deles é que *Aristóteles*, embora não nomeando qualquer alternativa concreta, deixa aberta a possibilidade da existência de vias outras, que não a dialética, de “acesso aos princípios de todas as disciplinas”. O segundo é que, mesmo admitindo a eventual existência de outras, a dialética é mantida como a via principal. O último refere-se ao fato que esse acesso aos princípios deve-se, no caso da dialética, à sua vocação examinadora, crítica.

2. 2- Capítulo 3: Determinação do fim a atingir (101b, 5 - 101b, 10)

p. 4, ll. 16-23:

“Nous serons en parfaite possession de la méthode quand nous en serons au même point que pour la rhétorique, la médecine et les autres techniques de même type; on ne peut dire, en effet, que de toute manière l’orateur va persuader son public, ou le médecin guérir son patient; mais à condition qu’ils ne négligent aucun des moyens à leur disposition, nous pourrions dire qu’ils possèdent adéquatement leur science.”

“Nós estaremos em perfeita posse do método, quando estivermos no mesmo ponto que na retórica, na medicina e nas outras técnicas do mesmo tipo. Com efeito, não se pode dizer que o orador irá, de toda maneira, persuadir seu público, ou o médico curar seu paciente, mas, com a condição que não negligenciem nenhum dos meios à sua disposição, poderemos dizer que eles possuem adequadamente sua ciência.”

Comentário:

O objetivo, portanto, é a posse de uma técnica útil, mas que, assim como as outras técnicas (artes) do mesmo tipo, não pode oferecer qualquer garantia absoluta de sucesso.

Note-se que a meta a ser alcançada está sendo enunciada no começo do tratado. No final das **Refutações Sofísticas** (184a, 10 - 184b, 3), obra hoje geralmente considerada como o último (o nono) dos livros dos **Tópicos** (cf.: *Dorion*, pp. 24-28 e *Brunschwig* p. 90), *Aristóteles* faz alusão à existência de estudos já antigos e numerosos sobre a retórica e à inexistência de quaisquer trabalhos, anteriores ao seu próprio, sobre o raciocínio dedutivo, a dialética inclusive.

2. 2. 3- Capítulo 4: Elementos fundamentais do método (101b, 11 - 101b, 36)

p. 4, ll. 25-31:

“Nous avons d’abord à examiner quels sont les éléments constitutifs de notre méthode. Si nous pouvions, d’une part saisir le nombre et la nature des objets sur lesquels portent les raisonnements et identifier leurs éléments constitutifs, d’autre part trouver les moyens de ne jamais en être à court, nous pourrions considérer notre programme comme adéquatement rempli.”

“Devemos examinar, de início, quais são os elementos constitutivos de nosso método. Se pudéssemos, por um lado, captar o número e a natureza dos objetos a que dizem respeito os argumentos e identificar seus elementos constitutivos e, por outro lado, encontrar os meios de estar sempre suficientemente providos de tais objetos e elementos, poderíamos considerar nosso programa como adequadamente cumprido.”

Comentário:

O trecho em questão autoriza-nos a concluir que, de acordo com *Aristóteles*, são três os componentes básicos do método que o tratado dos **Tópicos** pretende expor: os objetos a que se referem nossos argumentos, os elementos de que são constituídos tais argumentos e os meios de jamais estar em falta desses objetos e elementos.

Se pudéssemos encontrar esses meios, identificar esses elementos e captar o número e a natureza dos referidos objetos, nosso programa poderia ser tido como adequadamente realizado.

p. 4, ll. 32-33 e p. 5, ll. 1-7:

“Il existe une identité de nombre et de nature entre les éléments constitutifs des raisonnements et les objets sur lesquels portent les déductions. En effet, les éléments constitutifs des raisonnements sont

les prémisses, les objets sur lesquels portent les déductions sont les problèmes; et toute prémisses, comme tout problème, exhibe, soit un genre, soit un propre, soit un accident (ne parlons pas de la différence, car étant de nature générique, elle doit être rangée sous la même rubrique que le genre).”

“Entre os elementos que constituem os argumentos e os objetos a que se referem as deduções, existe uma identidade de número e de natureza. Com efeito, os elementos constitutivos dos argumentos são as premissas, os objetos a que se referem as deduções são os problemas. E toda premissa, como todo problema, exhibe ou um gênero, ou um próprio, ou um acidente (não falemos da diferença, pois, sendo de natureza genérica, ela deve ser colocada sob a mesma rubrica que o gênero).”

Comentário:

No comentário à p. 1, ll. 1-11, do artigo precedente, o problema e a premissa, bem como suas respectivas funções no contexto de um debate dialético, foram caracterizados da maneira que reproduzirei a seguir, sem, entretanto, citar novamente as fontes consultadas e operando toda uma série de supressões e acréscimos.

Tais confrontos dialogados tinham início com a apresentação, pelo perguntador, de um problema, em forma de pergunta, admitindo duas, e apenas duas, respostas hipotéticas e contraditórias; uma afirmativa e a outra negativa. A réplica do respondedor, que deveria ser necessariamente o resultado da escolha de uma das duas alternativas e, ainda, expressar uma opinião admitida, tão logo articulada, transformava-se na tese a ser atacada por aquele que pergunta e defendida pelo que responde.

Dessa maneira, no caso em que o perguntador perdesse a contenda, a conclusão do diálogo seria a tese, não refutada, assumida pelo respondedor no começo da disputa. Se o perguntador ganhasse, a conclusão seria a negação da tese inicial. Observe-se, porém, que a

não refutação da tese do respondedor não equivale à refutação de sua contraditória. Não garante, pois, que a dita tese, em outra ocasião, não pôde, ou não poderá, ser refutada. Fato que denota uma patente assimetria entre as funções dos oponentes e entre a vitória e a derrota tanto de um, como do outro, dos dois debatedores. O perguntador, quando ganha, refuta, quando perde, é apenas porque não conseguiu refutar. Para o respondedor, a situação é a inversa, quando perde, é porque foi refutado, quando ganha, somente conseguiu evitá-lo.

Uma vez terminada, a discussão era passível de ser reconstruída no formato de um único e extenso argumento, um “silogismo dialético”. Bastaria, para tanto, seguir o caminho inverso daquele de fato percorrido, de modo tal que as afirmações aceitas no decorrer do debate desempenhassem o papel de premissas e a tese acordada no começo, ou a sua contraditória, fosse considerada a conclusão.

Cada uma das premissas, assim como o problema, deveria ser apresentada na forma de uma pergunta. Caberia, então, ao respondedor escolher, na seqüência, uma das duas alternativas de resposta possíveis e reciprocamente excludentes. Sua escolha, enunciada na forma de uma resposta afirmativa, ou negativa, deveria obrigatoriamente expressar uma opinião admitida e comporia, como uma de suas premissas, o “silogismo dialético” reconstruído.

Há, todavia, aspectos outros, relevantes para a passagem que estou a comentar e que a caracterização supra não considera. Levando em conta expectativas atuais, poder-se-ia avaliar como um contra-senso a afirmação da existência de uma identidade, não só numérica, mas, também, de natureza, entre premissas, que concebemos como frases, e problemas, que para nós são questões expostas por intermédio de frases. Sendo assim, ou as concepções aristotélicas, no tocante ao que é um problema e ao que são as premissas, são, nesse particular, diversas e divergentes das nossas, ou ele formula, de modo impreciso, uma identidade postulada entre premissas, por um lado, e frases que exprimem problemas, por outro lado.

Além do mais, como se trata, no caso do “silogismo dialético”, de um argumento dedutivo, o próprio *Aristóteles* expressa a exigência de que o grau de admissão das premissas seja maior que o da conclu-

são (cf.: **Tóp.** VIII, 5, 159b, 9-23), estabelecendo, assim, por via indireta, uma inelutável diferença, quanto à natureza, entre premissas e problema de um mesmo argumento.

Mas as dificuldades não se restringem à afirmação de identidade quanto à natureza. A identidade numérica, também, é problemática e mesmo inviável, se nos mantivermos no âmbito de um único argumento. Isso porque, para negar-se, ou para confirmar-se provisoriamente, a verdade da resposta à pergunta-problema, poderá ser preciso recorrer a um número considerável de premissas. Se, porém, houvesse uma identidade numérica entre as premissas e o problema, haveria entre elas e ele uma correspondência biunívoca, ou seja, a cada premissa corresponderia um, e um único, problema e a todo problema corresponderia uma, e apenas uma, premissa (cf.: *Zadro*, p. 317, nota 3 ao cap. 4, da tradução).

A essas dificuldades, o trecho em pauta responde, sugerindo que a identidade quanto à natureza e quanto ao número existe, porque toda premissa e todo o problema exibiriam ou um gênero, ou um próprio, ou um acidente (cf.: *Brunschwig*, pp. 118-119, nota 2 à p. 5, da tradução). Uma resposta que, à primeira vista, não ajuda a desvendar o enigma embutido na aparente obscuridade da posição aristotélica.

Após uma pequena interrupção, que coincide com as linhas que serão citadas a seguir, *Aristóteles* retomará a sua análise, para só concluí-la nas duas passagens subseqüentes, que fecharão o quarto capítulo.

p. 5, ll. 8-16:

“Mais, puisqu’il arrive parfois à un propre d’exprimer l’essentiel de l’essence de son sujet, et parfois de ne pas l’exprimer, divisons le propre en deux parties correspondantes, et appelons ‘définition’ celui qui exprime l’essentiel de l’essence; quant à l’autre, réservons pour lui ce nom de ‘propre’ que l’on donne indifféremment aux deux. En vertu de ses considérations, on le voit donc bien, la présente division aboutit à quatre termes en tout: propre, définition, genre et accident.”

“Mas, como às vezes ocorre a um próprio exprimir o essencial da essência de seu sujeito e outras vezes não, dividamos o próprio em duas partes correspondentes e chamemos ‘definição’ aquela que exprime o essencial da essência e, quanto à outra, reservemos a ela o nome de ‘próprio’, que é atribuído indiferentemente às duas. Fica, portanto, bem visível, em virtude dessas considerações, que a presente divisão resulta em quatro termos ao todo: próprio, definição, gênero e acidente.”

Comentário:

Observe-se que a lista original aristotélica dos chamados “predicáveis” difere daquela que foi transmitida à tradição por *Porfírio* e é composta de cinco termos: “gênero, diferença, espécie, próprio e acidente”.

Porfírio aboliu da lista de *Aristóteles* a definição, provavelmente por ser ela uma parte do próprio, mas incluiu a diferença e a espécie que são de natureza genérica, pois a diferença determina no interior do gênero a espécie, que por sua vez poderá ser considerada como o gênero de suas próprias espécies.

p. 5, ll. 16-27:

“Toutefois, qu’on ne s’y trompe pas: nous ne disons pas que chacun de ces quatre termes constitue par lui-même une prémisses ou un problème; nous disons qu’ils sont à l’origine des problèmes comme des prémisses. Mais il y a, entre un problème et une prémisses, une différence dans l’expression. Si l’on dit en effet: ‘Est-ce qu’*animal terrestre bipède* est la définition de l’homme?’, ou encore: ‘Est-ce qu’*animal* est genre de l’homme?’, c’est une prémisses; mais si l’on dit: ‘Peut-on dire qu’*animal terrestre bipède* est la définition de l’homme, ou non?’, c’est un problème; et de même dans les autres cas.”

“Que ninguém, todavia, se engane. Nós não dizemos que cada um desses quatro termos constitui, por si mesmo, uma premissa, ou um problema. Nós afirmamos que eles estão na origem dos proble-

mas, como das premissas. Mas, existe, entre um problema e uma premissa, uma diferença na expressão. Com efeito, se dissermos ‘*Animal terrestre bípede é a definição de homem?*’, ou ainda, ‘*Animal é gênero de homem?*’, é uma premissa. Mas, se dissermos ‘*Pode-se dizer que animal terrestre bípede é a definição de homem ou não?*’, isso é um problema. E da mesma forma, nos outros casos.”

Comentário:

Aristóteles começa o presente trecho dizendo que na origem de todo problema e de toda premissa há um predicável que, no entanto, não constitui, por si mesmo, nem um problema, nem uma premissa.

Em seguida, ele confirma, por via indireta, uma diferença capital entre as suas concepções próprias e as nossas atuais, relativamente ao que é um problema e uma premissa. Em uma passagem anterior (cf.: p.4, ll. 32-33 e p. 5, ll. 1-7), ele havia afirmado a existência de identidade, quanto ao número e à natureza, entre os problemas e as premissas. Nesta agora, ele declara que as suas correspondentes expressões são diversas entre si. Isso significa, porém, que os problemas e as premissas, por serem idênticos, não são frases, pois obrigatoriamente diferem das frases diferentes que os expressam. Com isso, cai por terra o primeiro dos dois impedimentos que formulei à identidade quanto à natureza (cf.: parágrafo 6, do comentário à passagem retro mencionada).

p. 5, l. 27 e p. 6, ll. 1-3:

“Il est par conséquent très naturel que problèmes et prémisses soient en nombre égal, puisque de toute prémisses on peut faire un problème, en remplaçant simplement une expression par l’autre.”

“Conseqüentemente, é muito natural que problemas e premissas sejam idênticos quanto ao número, visto que de toda premissa pode-se fazer um problema, substituindo simplesmente uma expressão pela outra.”

Comentário:

No grego, a distinção entre frases que colocam um problema e aquelas que expressam uma premissa parece ficar evidente na forma lingüística (cf.: *Brunschwig*, pp. 120-121, nota 6 à p. 5, da tradução). De tal modo, que bastaria, como diz *Aristóteles*, substituir “simplesmente uma expressão pela outra”, para transformar uma premissa em um problema. Às palavras de *Aristóteles* é preciso, entretanto, acrescentar que, dada a existência de uma identidade numérica e a conseqüente correspondência biunívoca entre as premissas e os problemas (cf.: comentário à p. 4, ll. 32-33 e p. 5, ll. 1-7), a operação inversa, ou seja, a transformação de um problema em uma premissa, pela simples substituição de “uma expressão pela outra”, será sempre e necessariamente factível.

No comentário às pp. 4 e 5, ll. 32-33 e 1-7 respectivamente, expus três dificuldades à identificação efetuada por *Aristóteles* entre os problemas e as premissas. A primeira delas foi superada pela passagem antecedente (cf.: comentário anexo). As duas outras, uma delas relativa à identidade numérica e a outra à identidade quanto à natureza, cessarão de vigorar, se pudermos mostrar que *Aristóteles* as postula como existentes para além dos limites demarcados por um único argumento. Para tanto, basta verificar o que ocorre a cada vez que transformarmos uma premissa em problema, ou um problema em premissa.

Começemos pela transformação de uma premissa em problema. Toda premissa, uma vez transformada em problema, abandona os limites de seu próprio argumento, tornando-se o ponto de partida, a origem, de um novo “silogismo dialético”. Como premissa, ela servirá para fundamentar a conclusão do argumento. Como problema, ela fornecerá tanto a conclusão do novo argumento, como a sua contraditória. Resultado, para mim, particularmente importante, porque confirma, de forma plena, uma das teses centrais de meu artigo precedente. Refiro-me à afirmação de que, por princípio, nada impede que uma proposição “p” qualquer seja premissa de um argumento e conclusão de outro, pois o fator que determina, de um modo exclusivo, se “p” é uma conclusão, ou uma premissa, é a função por ela exercida no contexto de um argumento dado (cf.: comentário à p. 1, ll. 12-17).

Vejam, então, o que acontece, quando transformamos um problema em premissa. Há dois casos possíveis. Consideremos primeiro que o perguntador não poderá fazê-lo, no âmbito de um único argumento, de forma a que o respondedor o perceba, já que a resposta seria, nesse caso, seguramente idêntica àquela dada ao problema. Ora, o perguntador estaria, nessas circunstâncias, interdito de fazê-lo pelas seguintes razões: (i)- sua função no debate dialético é a de contradizer o respondedor; (ii)- ele é obrigado, pelas regras, a dar continuidade à sua argumentação, a partir da alternativa de resposta escolhida por seu adversário; (iii)- um argumento com uma premissa idêntica à eventual conclusão (tese do respondedor), por ser necessariamente válido, encerraria a discussão a favor do respondedor.

Consideremos agora o segundo caso. O perguntador não poderá, também, recolocar o problema em forma de premissa, no âmbito de um único argumento, evitando que o respondedor o perceba. O motivo é que a resposta almejada pelo perguntador deveria ser involuntariamente diferente daquela já dada ao problema. Uma tal resposta, porém, seria um indício seguro de que o respondedor estaria sendo enganado, procedimento vedado aos debatedores pelas regras da dialética (cf.: *Tóp.*, VIII, 11, 161b, 11-18). Se a resposta, entretanto, permanecesse a mesma, ainda que o respondedor não o percebesse, recairíamos na situação descrita no primeiro caso.

Com isso, chegamos a mais um resultado que confirma plenamente outra das teses centrais do meu primeiro artigo. Trata-se da afirmação de que as regras do debate dialético vedam a uma única proposição “p” qualquer a possibilidade de desempenhar, no interior de um mesmo argumento, ambos os papéis, o de conclusão e o de premissa (cf.: comentário à p.1, ll. 12-17).

3 - Conclusão

A conclusão do artigo precedente começa com uma lista dos componentes básicos das questões que lá me ocuparam. A ela segue um comentário relativo às particularidades da forma de presença e da dosagem daqueles componentes, nessas questões. A esse respeito, não houve, de lá para cá, nenhuma mudança significativa que justificas-

se a reelaboração da lista, ou do comentário. O mesmo ocorre com as observações referentes ao método adotado, à orientação dada ao enfoque e à originalidade das soluções avançadas. Por essa razão, reproduzirei, a seguir, com uma pequena modificação, o trecho de dois parágrafos em que expus o mencionado conteúdo.

São três os componentes básicos das questões que me ocuparam neste trabalho: (i)- os problemas mais tradicionais e conhecidos da recepção crítica; (ii)- aqueles menos conhecidos que os anteriores, e, por último; (iii)- os que ainda não haviam sido formulados. Minhas questões combinaram, quase sempre, esses três ingredientes em quantidade e dosagem variáveis.

Em um contexto como o descrito acima, as propostas de solução avançadas não poderiam deixar de ser originais, ou, pelo menos, assinaladas por marcas que indicam a presença de traços de originalidade. O enfoque, orientado por preocupações e interesses predominantemente lógicos, bem como o método adotado e exposto no princípio do trabalho, são seguramente co-responsáveis pela natureza singular dos resultados obtidos.

Para terminar, acrescentarei, ainda, que estou certo de ter alcançado, com este artigo, resultados adicionais úteis à realização do objetivo de conseguir convencer, pelo exemplo, que a lógica é imprescindível a um entendimento mais preciso e diferenciado dos quatro capítulos iniciais dos **Tópicos**.

4- Obras citadas

4.1- Aristóteles

1- ARISTOTELES: *Analytica posteriora*: 2 Bde., Berlin, Akademie, 1993. (Von W. DETEL).

2- ARISTOTE: *Organon*, vol. IV: Les seconds analytiques, Paris, J. Vrin, 1979. (Par J. Tricot).

3- ARISTOTELE: *Organon*, vol. II: Analitici secondi, Topici, Confutazioni sofistiche, Torino, UTET, 1996. (A cura di M. Zanatta).

4- ARISTOTE: *Les réfutations sophistiques*, Paris, J. Vrin, 1995. (Par L.-

A. Dorion)

5- ARISTOTE: *Topiques* (livres I - IV), Paris, Les Belles Lettres, 1967. (Par J. Brunschwig).

6- ARISTOTELE: *I Topici*, Napoli, L. Loffredo, 1974. (A cura di A. Zadro).

7- ARISTÓTELES : *Tratados de lógica*, vol. I : Categorías, Tópicos, Sobre las refutaciones sofísticas, Madrid, Gredos, 1994. (Por M.C. Sanmartín).

4 .2- Outros

1- AUBENQUE, P. Sur la notion aristotélicienne d'aporie. In: *Aristote et les problèmes de méthode*, Louvain, Éditions de l' Institut Supérieur de Philosophie, 1980, pp. 3-19.

2-BRUNSCHWIG, J. Homonymie et contradiction dans la dialectique aristotélicienne. In: BÜTTGEN, P.; DIEBLER, S.; RASHED, M. (éd.): *Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès*, Paris, Éditions Rue d'Ulm - Presses de l'École normale supérieure, 1999, pp. 81-101.

3- DORION, L.-A.: Introduction et commentaire. In.: ARISTOTE: *Les réfutations sophistiques*, Paris, J. Vrin, pp. 15-116 et pp. 205-419.

4- PRIMAVESI, O.: *Die Aristotelische Topik*, München, C. H. Beck, 1996.

5- ZADRO, A.: Introduzione e Note. In.: ARISTOTELE: *I Topici*, Napoli, L.Loffredo, 1974, pp. 13-79 e pp. 309-542.